

**EDITAL DE SELEÇÃO 2023-3 DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE - MEDICINA VETERINÁRIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

ANEXO I - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DAS PROVAS

ABAIXO ESTÃO OS TEMAS E BIBLIOGRAFIAS RELACIONADAS PARA O PROGRAMA. **O CONTEÚDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE É COMUM A TODOS OS PROGRAMAS** E ESTÁ DISPONÍVEL NO QUADRO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE.

Programa: PATOLOGIA ANIMAL

Temas: Patologia Geral: processos patológicos gerais correspondentes à reação do organismo frente a agentes agressores físicos, químicos ou biológicos. Alterações cadavéricas, degenerações celulares, necrose, pigmentações patológicas, mineralização, inflamação aguda, inflamação crônica, regeneração, cicatrização, reparação, imunopatologia, alterações circulatórias, alterações do crescimento e da diferenciação celular, neoplasia. Patologia Especial: doenças dos sistemas: digestivo, hepatobiliar e pâncreas, respiratório, nervoso, cardiovascular e vasos linfáticos, hemolinfopoiético, urinário, endócrino, músculo esquelético, reprodutores masculino e feminino, tegumentar (pele e anexos) e órgãos do sentido. Descrições macroscópica e microscópica das lesões, diagnóstico morfológico, diagnóstico etiológico e diagnóstico (s) diferencial (is). Técnicas de necropsia em animais domésticos, colheita e fixação de material para exame histopatológico, noções de processamento de material para exame histopatológico e colorações rotineiras para histopatologia.

JUBB, K.V.F.; KENNEDY, P.C.; PALMER, N. Pathology of Domestic Animals. 6ed. Philadelphia: Elsevier Saunders, 2015, 3 vols.
MENDEZ, M.C.; RIET-CORREA, F. Plantas tóxicas e micotoxícoses. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária PREC – UFPel, 2008. 298p.

MEUTEN, D.J. Tumors in domestic animals. 5ed. Iowa: Iowa State Press, 2017. 1000p.

ZACHARY, J.F. Bases da Patologia em Veterinária. 6ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018. 1408p.

RIET-CORREA, F.; SCHILD, A.L.; LEMOS, R.A.A.; BORGES, J.R.J. Doenças de ruminantes e equinos. 3ed. 2v. São Paulo: Varela, 2007. 999p.

KUMAR, V. et al. Robbins & Cotran - Patologia Bases Patológicas das Doenças. 7ª ed., Elsevier, 2005. 1592p.

SLAUSON, D.O.; COOPER, B.J. Mechanisms of Disease. 2ed. Baltimore: Williams & Wilkins, 1990. 541p.

THOMSON, R.G. Patologia Geral Veterinária. 1ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983. 412p.

TOKARNIA, C.H., BRITO, M.F., BARBOSA, D., PEIXOTO, P.V., DOBEREINER, J. Plantas tóxicas do Brasil para animais de produção. 2.ed. Rio de Janeiro: Helianthus. 2012. 566p.

TOKARNIA, C.H., PEIXOTO, P.V., BARBOSA, D., BRITO, M.F., DOBEREINER, J. Deficiências minerais em animais de produção. 1.ed. Rio de Janeiro: Helianthus. 2010. 199p.

Programa: VIGILÂNCIA E ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE

Temas: COMUM A TODOS OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE:

Sistema Único de Saúde – SUS. Objetivos e Atribuições. Princípios e Diretrizes. Organização e Gestão. Competências.

Financiamento. Participação da comunidade na gestão do SUS. Norma Operacional Básica do SUS (NOB-SUS 1/96). Política Nacional de Atenção Básica. O Médico Veterinário no SUS. Atuação no âmbito da Saúde Pública.

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968 (1968). Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. Brasília, DF: Senado 1968.

Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV Resolução nº 1138, de 16 de dezembro de 2016. Aprova o Código de Ética do Médico Veterinário.

BRASIL. Ministério da Saúde, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (1990). Lei Orgânica da Saúde - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde, Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 (1990). Dispõe sobre a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Senado 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria nº. 2436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Senado 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde (2012). Lei complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a

saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria de Consolidação nº4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Capítulo V. Das ações e serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

BRASIL. Ministério da Saúde (2022). Portaria GM/MS nº 1.102, DE 13 de maio de 2022. Altera o Anexo 1 do Anexo V à Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir o Sars-CoV-2 no item da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) associada a coronavírus e incluir a covid-19, a Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) associada à covid-19 e a Síndrome Inflamatória Multissistêmica em Adultos (SIM-A) associada à covid-19 na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde (2017). Portaria nº 782, de 15 de março de 2017. Define a relação das epizootias de notificação compulsória e suas diretrizes para notificação em todo o território nacional.

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE/RJ. Resolução SES n.º2485 de 18 de outubro de 2021. Dispõe sobre a relação de doenças e agravos de notificação compulsória e vigilância sentinela e revoga a Resolução SES nº 1.864 de 25 de junho de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria da Casa Civil. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 – Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC Nº222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. ANVISA. Resolução RDC Nº 611, de 9 de março de 2022. Estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas